



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

N.º 222, DE 2024

(Do Sr. Dr. Jaziel)

Sustam os efeitos do Decreto nº 11.999, de 17 de abril de 2024, que dispõe sobre a Comissão Nacional de Residência Médica e sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de programas de residência médica.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PDL-197/2024.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2024

(Do Sr. DR. JAZIEL)

Apresentação: 25/04/2024 19:03:21.517 - MESA

PDL n.222/2024

Sustam os efeitos do Decreto nº 11.999, de 17 de abril de 2024, que dispõe sobre a Comissão Nacional de Residência Médica e sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de programas de residência médica e das instituições que os ofertem.

O Congresso Nacional, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 49, inciso V, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º Ficam sustados os efeitos do Decreto nº 11.999, de 17 de abril de 2024, que dispõe sobre a Comissão Nacional de Residência Médica e sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de programas de residência médica e das instituições que os ofertem.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação

JUSTIFICAÇÃO

O Decreto nº 11.999, de 17 de abril de 2024, foi publicado no Diário Oficial da União em 18 de abril de 2024. O Decreto Presidencial é voltado para a regulação, supervisão e avaliação dos programas de residência médica e das instituições que oferecem essas especializações, através da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM). O Decreto define as funções e responsabilidades da CNRM.



A mudança proposta na composição da Comissão Nacional de Residência Médica(CNRM) foi implementada sem consulta adequada às partes interessadas relevantes, gerando discordância e descontentamento generalizado. Além disso, a nova estrutura pode prejudicar a qualidade da educação médica e ser discordante com normas e padrões internacionais reconhecidos.

As mudanças na regulamentação da residência médica atingem diretamente a população, pois afetam a disponibilidade e a qualidade dos profissionais de saúde, comprometendo a capacidade do sistema de saúde em atender às necessidades da população.

Ademais, a revogação pode ser justificada pela falta de fundamentação técnica ou científica sólida que sustente a necessidade das alterações propostas, levantando dúvidas sobre sua validade e eficácia.

A estruturação do Decreto aconteceu sem diálogo com as principais entidades médicas e membros da CNRM, colocando em risco a formação médica.

Nesse contexto, é essencial que o Congresso Nacional atue em conjunto com as entidades médicas para sustar os efeitos do Decreto, garantindo assim o cumprimento dos direitos constitucionais da população brasileira.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 2024.

Deputado Doutor Jaziel PL/CE





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI

Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**DECRETO Nº 11.999, DE 17
DE ABRIL DE 2024**

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2024/decreto-11999-17-abril-2024-795515-norma-pe.html>

FIM DO DOCUMENTO